

DÉBITO BILIONÁRIO

MINAS E UNIÃO FECHAM ACORDO PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA

Estado e governo federal enviam ao STF ofício que formaliza conciliação entre as partes para garantir adesão ao Regime de Recuperação Fiscal com garantias

BRUNO NOGUEIRA E BERTHA MAAKAROUN

O governo de Minas Gerais e a União chegaram a um acordo para a retomada do pagamento da dívida do estado com o governo federal, avaliada em mais de R\$ 165 bilhões, nesta quarta-feira (28/8). Em ofício conjunto enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), as partes afirmam haver um "consenso mínimo" para que Minas não seja excluída do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) desde que uma série de contrapartidas sejam cumpridas, incluindo o abatimento do débito a partir de 1º de outubro.

O pedido endereçado ao ministro Kassio Nunes Marques, relator do caso da dívida, pede para que o Supremo considere o RRF como se estivesse homologado em 1º de agosto. Na prática, uma decisão da corte já havia permitido que o estado aderisse ao regime, mas o plano com as contrapartidas ainda precisava de aprovação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A audiência de conciliação pedida pelo governo de Minas também foi aceita pela União, desde que seja efetivado o início dos pagamentos. A ideia é que o procedimento seja usado para acompanhar a execução do RRF homologado por decisão judicial. O ofício é assinado pelo governador Romeu Zema (Novo), o advogado-geral do Estado (AGE), Sérgio Pessoa, e pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

"Em audiências bilaterais realizadas entre os entes federados, verificou-se uma convergência entre o pedido subsidiário formulado pela União e os pedidos formulados pelo Estado de Minas Gerais, ambos na Pet 12.074. Esse consenso mínimo é no sentido de que, ainda não aprovado definitivamente o ingresso definitivo do ente mineiro no Regime de Recuperação Fiscal, o seu não desajustamento das condições do regime seria a solução intermediária e provisória possível, desde que acompanhado da contrapartida de retomada do pagamento por parte do ente federado", descreve o ofício.

ADITIVO NO NOVO CONTRATO

O acordo também permite que a União emita um aditivo e o novo contrato a ser assinado, mediando o valor a ser consolidado pelas partes, com o compromisso de que



PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS: GOVERNO ZEMA NÃO CONSEGUIU APOIO PARA APROVAR PROJETO DO RRF

EDESIO FERREIRA/EM/DA, PRESS



"O mais importante é que essa decisão retira a ameaça de Minas ter que pagar R\$ 8 bilhões ainda em 2024, o que iria criar um colapso financeiro"

●●●●
ROMEU ZEMA

Governador de Minas Gerais

Minas Gerais vai cumprir todas as "obrigações e fiscalizações" do RRF. As partes também concordaram em um prazo de seis meses, a partir da homologação judicial, para as medidas estruturantes do acordo. Um cronograma deve ser apresentado para acompanhamento do cumprimento dos requisitos legais do RRF.

Se adiantando a homologação do acordo, o governador Romeu Zema assinou o Decreto 48.886 que institui um teto de gastos nas despesas primárias do estado, segundo apurou o Estado de Minas. A medida é um dos condicionantes para a adesão ao RRF, previsto na Lei Complementar 159 de 2017, limitando gastos para prover serviços públicos, manter a estrutura do governo e realizar investimentos, à variação da inflação (4,62%).

O governo tentava avançar com a matéria na Assembleia Legislativa, mas não conseguiu a adesão dos deputados estaduais para aprovar um projeto de lei complementar. A trava no orçamento precisava do apoio absoluto dos parlamentares, ou seja, 39 votos favoráveis. O Legislativo também previa uma análise da adesão ao RRF em segundo turno,

porém, o acordo fez com que as sessões fossem desconvidadas.

Em nota, o governo de Minas Gerais afirma que o acordo permite o pagamento de mais R\$ 1 bilhão ao governo federal até o fim de 2024. Segundo o Palácio Tiradentes, a conciliação só foi possível quando o Ministério da Fazenda e o estado chegaram em um cenário de projeções aproximadas nos valores.

"O mais importante é que essa decisão retira a ameaça de Minas ter que pagar R\$ 8 bilhões ainda em 2024, o que iria criar um colapso financeiro, com riscos de impactar diretamente os serviços de saúde, de educação e segurança e comprometer até mesmo o pagamento dos salários dos servidores. Essa decisão nos dá tranquilidade para seguir com os avanços que têm melhorado a vida dos mineiros", afirma o governador Romeu Zema. O governo mineiro ainda afirma que o acordo terá um caráter provisório, enquanto aguarda uma solução definitiva para a repactuação da dívida dos estados com a União. A ideia é que com a aprovação do Programa de Pleno Pagamento de Dívida dos Estados (Propag) no Congresso Nacional, o estado faça a transição para o novo pacote econômico. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 4